



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1003251-72.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **AMELIA MARIA CAMPOS**
 Requerido: **NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO S.A.**

Prioridade Idoso

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DE C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou que utiliza linha telefônica, ainda mantida em nome de seu falecido marido, junto à ré.

Alegou também que ficou sem esse serviço sem que lhe fosse dada qualquer explicação, de modo que almeja à condenação da ré a restabelecê-lo, além de indenizar-lhe pelos danos morais que suportou.

Houve posterior desistência do pedido relativo à obrigação de fazer, persistindo a ação apenas quanto à reparação dos danos morais que a autora teve por ficar cerca de vinte dias sem acesso ao serviço de telefonia (fl. 17).

A preliminar de ilegitimidade ativa ad causam suscitada pela ré em contestação não merece acolhimento.

Isso porque não obstante a linha em apreço estar em nome do marido da autora, o falecimento dele está patentado (fl. 07), a exemplo da continuidade do serviço aludido depois que isso aconteceu (fl. 10).

Tal panorama confere a possibilidade da autora promover a demanda, de sorte que rejeito a prejudicial arguida.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

No mérito, reputo que está demonstrado que a autora ficou privada imotivadamente de usar seu telefone.

O depoimento da testemunha Eloiza Donizete de Oliveira apontou nessa direção e a circunstância da mesma ter sido inquirida como informante não assume maior relevância.

Ao contrário, sua proximidade com a autora (trabalha para a mesma e mora em sua companhia há nove anos) indicava que reunia melhores condições para descrever a situação a que ela foi exposta.

Não é crível, ademais, que a autora forjasse situação inexistente, sendo oportuno assinalar que a própria ré admitiu oscilações no serviço ao longo do período assinalado pela autora derivados de ordem sistêmica (fl. 26).

Por fim, a eventual inadimplência da autora não foi em momento algum invocada como tendo ligação com os problemas reconhecidamente havidos.

Assentadas essas premissas, resta saber se a autora experimentou danos morais em função do sucedido.

Entendo que sim.

Com efeito, a autora é pessoa idosa, que mora sozinha com sua cuidadora.

A experiência comum (art. 5º da Lei nº 9.099/95) revela que em condições assim a comunicação por meio de linha telefônica é fundamental, seja como forma de contato permanente com terceiros, seja sobretudo para pronto pedido de auxílio em caso de necessidades.

Ficando a autora por razoável espaço de tempo sem acesso a esse serviço, é natural que tenha sido submetida a transtorno de vulto, como sói acontecer com qualquer pessoa mediana que estivesse em seu lugar.

É o que basta para a configuração dos danos morais passíveis de ressarcimento.

O valor da indenização, todavia, não poderá ser o proclamado pela autora, que transparece excessivo especialmente em virtude do tempo em que o episódio teve vez.

Assim, à míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica das partes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização devida à autora em R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 4.000,00, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Caso a ré não efetue o pagamento da importância aludida no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 03 de dezembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**